

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1173 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 13 de Novembro de 2012 Publicação: Quarta-feira, 14 de Novembro de 2012

RESOLUÇÃO STJ N. 35 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

Disciplina a concessão de diárias e passagens a magistrados e servidores do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno, observando o que dispõe a Resolução n. 73, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional de Justiça e tendo em vista o que consta do Processo STJ n. 1.178/2010, bem como o decidido pelo Conselho de Administração em 24 de outubro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Serão concedidas diárias a ministros e servidores do Superior Tribunal de Justiça que se deslocarem, em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório, para outra localidade do território nacional ou para o exterior, sem prejuízo do fornecimento de passagens ou do pagamento de indenização de transporte, restringindo-se a concessão a juiz auxiliar ao exercício de efetivo serviço no território nacional.

§ 1º Deve haver compatibilidade entre os motivos do deslocamento e o interesse público e correlação entre o objeto do deslocamento e as atribuições do cargo efetivo ou a natureza das atividades desempenhadas no exercício do cargo em comissão ou da função comissionada.

§ 2º Os valores das diárias são os constantes do Anexo I.

Art. 2º As diárias destinam-se à indenização de despesas extraordinárias com alimentação, pousada e locomoção urbana.

Art. 3º Somente serão concedidas diárias aos ministros, juízes auxiliares e servidores que estiverem em efetivo exercício no Superior Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. Para os servidores nomeados em caráter interino ou designados como substitutos, o valor da diária corresponderá ao do cargo em comissão ou da função comissionada exercidos interinamente ou em substituição.

Art. 4º As diárias serão requisitadas pela autoridade proponente mediante a Requisição de Passagens e Diárias – RPD (Anexo II).

§ 1º Considera-se proponente: ministro, juiz auxiliar, servidor titular de CJ-3 ou CJ-4 e respectivos substitutos.

§ 2º A RPD será disponibilizada no sistema eletrônico de protocolo administrativo.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1173 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 13 de Novembro de 2012 Publicação: Quarta-feira, 14 de Novembro de 2012

§ 3º A requisição será encaminhada pelo proponente ao diretor-geral com a antecedência mínima de cinco dias contados a partir da data de início do afastamento, salvo em situação emergencial devidamente justificada.

§ 4º Os documentos que derem suporte à justificativa do deslocamento em serviço deverão ser anexados à RPD antes do envio ao diretor-geral.

§ 5º A RPD será dispensada em caso de deslocamento para participação em treinamento externo, hipótese em que as diárias e passagens deverão ser requisitadas por meio da Solicitação de Evento Externo de Capacitação, formalizada em processo administrativo específico.

§ 6º As circunstâncias eventuais que fundamentarem a concessão de diárias fora do período de realização do evento/missão deverão ser informadas pelo proponente na Requisição de Passagens e Diárias e na Solicitação de Evento Externo de Capacitação.

Art. 5º As diárias serão concedidas por dia de afastamento, incluindo-se a data de partida e a de chegada.

§ 1º O valor da diária será reduzido à metade nos seguintes casos:

I – quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede;

II – no dia do retorno à sede;

III – quando a despesa com pousada for custeada por outro órgão ou entidade da administração pública.

§ 2º Quando se iniciar na sexta-feira ou incluir sábado, domingo ou feriado, o afastamento deverá ser expressamente justificado.

Art. 6º Não farão jus a diárias o magistrado ou o servidor que se deslocarem de uma cidade para outra dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituída por municípios limítrofes e regularmente instituídos, salvo se houver pernoite fora da sede.

Art. 7º As diárias serão pagas antecipadamente, de uma só vez, exceto nas seguintes situações:

I – em casos de emergência, em que elas poderão ser processadas no decorrer do afastamento;

II – em casos de afastamento por período superior a quinze dias, hipótese em que poderão ser pagas parceladamente, a critério da administração.

Parágrafo único. Quando o período de afastamento se estender até o exercício subsequente, a despesa recairá no exercício em que se iniciou.

Art. 8º As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação e ao auxílio transporte a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em fins de semana e feriados.

Parágrafo único. Aplica-se o que dispõe o *caput* também às diárias concedidas a magistrados.

Art. 9º O servidor que se deslocar para participar de evento de duração superior a 45 dias perceberá, a partir do 46º dia, diária correspondente a 60% do valor de

Art. 10. O servidor que se deslocar para assessorar ministro ou juiz auxiliar nos misteres atinentes à missão, prestando-lhe assistência direta que exija acompanhamento em tempo integral, fará jus à diária correspondente a 100% do valor da diária do magistrado.

Parágrafo único. A assistência de que trata o *caput*, a ser prestada à autoridade assistida, deverá ser expressamente informada no formulário de Requisição de Passagens e Diárias.

Art. 11. O servidor que se deslocar em equipe de trabalho receberá diária equivalente ao maior valor pago entre os demais servidores membros da equipe.

Parágrafo único. Considera-se equipe de trabalho a instituída por ato do presidente ou do diretor-geral para missões institucionais específicas.

Art. 12. As diárias serão concedidas por ato do diretor-geral.

§ 1º O ato de concessão deverá conter o nome do favorecido, o respectivo cargo ou função, o destino, a descrição sucinta do motivo da viagem e o período de afastamento.

§ 2º Os atos de concessão serão publicados no Diário da Justiça eletrônico.

§ 3º Em se tratando de missão de caráter sigiloso, a publicação do ato de concessão ocorrerá após a realização da viagem.

Art. 13. As diárias internacionais serão concedidas a partir da data do afastamento do território nacional e contadas integralmente do dia da partida até o dia do retorno.

§ 1º Quando o afastamento exigir pernoite em território nacional, fora da sede, será concedida diária integral, conforme valores constantes da tabela de diárias nacionais, ressalvada a hipótese do inciso III do § 1º do art. 5º, quando o valor da diária será reduzido à metade.

§ 2º Será concedida diária nacional integral quando o retorno à sede se der no dia seguinte ao da chegada no território nacional, ressalvada a hipótese do inciso III do § 1º do art. 5º, quando o valor da diária será reduzido à metade.

Art. 14. As diárias internacionais serão pagas em dólar, exceto quando relativas a viagem com destino a país da Comunidade Europeia, cujas diárias serão pagas em euro.

§ 1º Cabe ao Tribunal proceder à aquisição da moeda estrangeira em estabelecimento credenciado e autorizado a vendê-la a órgãos da administração pública.

§ 2º O favorecido poderá optar pelo recebimento das diárias em real, sendo o valor, nesse caso, convertido pela taxa de câmbio do dia da emissão da ordem bancária, observado o estabelecido no *caput*.

Art. 15. As diárias não utilizadas serão restituídas no prazo de 5 dias, contado da data do retorno.

§ 1º Serão, também, restituídas, na totalidade, no prazo estabelecido neste artigo, as diárias recebidas quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o

§ 2º Quando se tratar de diárias internacionais concedidas em moeda estrangeira, as restituições previstas neste artigo serão feitas conforme o valor líquido em real da compra da moeda pelo Banco do Brasil.

§ 3º A restituição será efetivada em conta-corrente da União, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, devendo o comprovante de depósito ser entregue à unidade de administração.

§ 4º Não ocorrendo a entrega do comprovante de depósito no prazo estabelecido, fica a administração autorizada a proceder ao desconto do valor correspondente às diárias na folha de pagamento do respectivo mês ou, não sendo possível, na do mês imediatamente subsequente.

Art. 16. Será concedido adicional correspondente a 80% do valor básico da diária de analista judiciário, Anexo I, destinado a cobrir despesas de deslocamento até o local do embarque e do local do desembarque ao de trabalho ou hospedagem e vice-versa.

Parágrafo único. Quando o deslocamento compreender mais de uma cidade de destino, o adicional de que trata este artigo poderá ser concedido mais de uma vez, a critério da administração.

Art. 17. Caso seja autorizada a prorrogação do prazo de afastamento, serão concedidas diárias correspondentes ao período adicional, observado o disposto no art. 9º.

Art. 18. A pessoa física que se deslocar para prestar serviços não remunerados a este Tribunal, fará jus a diárias e passagens na qualidade de colaborador ou colaborador eventual.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se colaborador a pessoa física sem vínculo funcional com o Superior Tribunal de Justiça, mas vinculada à administração pública, e colaborador eventual a pessoa física sem vínculo funcional com a administração pública.

§ 2º O colaborador fará jus ao valor da diária conforme o nível de equivalência entre o cargo por ele ocupado e os valores constantes do Anexo I, observado o disposto no art. 11.

§ 3º Aplica-se ao colaborador o desconto do auxílio-alimentação previsto no art. 8º, devendo ser considerado o valor da indenização paga pelo Tribunal ou o valor percebido pelo beneficiário no órgão de origem, desde que devidamente comprovado, e também do auxílio transporte quando declarado na RPD.

§ 4º O valor da diária do colaborador eventual será definido com base na função indicada pelo proponente na RPD.

§ 5º Na RPD de colaborador eventual, o proponente deverá correlacionar a função indicada com as atividades a serem desenvolvidas e com a formação/especialização do colaborador eventual, anexando toda a documentação de suporte à correlação, quando houver.

§ 6º Aplica-se ao colaborador e ao colaborador eventual o disposto no art. 9º.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1173 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 13 de Novembro de 2012 Publicação: Quarta-feira, 14 de Novembro de 2012

Art. 19. Somente será permitida concessão de diárias nos limites dos recursos orçamentários disponíveis no exercício em que ocorrer o afastamento.

Art. 20. As passagens aéreas, relativas aos deslocamentos a serviço no território nacional e no exterior, serão adquiridas observando-se as seguintes categorias:

I – primeira classe – ministros e acompanhante, quando indispensável sua presença, nos afastamentos para representação do Tribunal no País e no exterior que compreendam eventos de caráter cerimonial;

II – classe executiva – diretor-geral, secretário-geral da Presidência e servidor que se deslocar na companhia de ministro, para assessorá-lo nas viagens em que o tempo de voo entre o último embarque no território nacional e o destino for superior a oito horas;

III – classe econômica – secretários e demais servidores.

§ 1º Serão emitidas apenas uma passagem de ida e outra de volta para cada deslocamento de servidor ou magistrado, com datas e horários definidos.

§ 2º Emitidas as passagens, qualquer solicitação de alteração de data ou horário da viagem, inclusive quando resultar em substituição do bilhete, deverá ser encaminhada ao diretor-geral ou ao presidente, quando for o caso, acompanhada de justificativa do proponente.

§ 3º Na hipótese de não haver tempo hábil para o deferimento do pedido de que trata o § 2º, considerando-se a proximidade da data da viagem, a alteração da viagem do ministro ou do servidor poderá ser solicitada à unidade responsável pela emissão da passagem aérea, devendo ser observado o seguinte:

I – o proponente deverá encaminhar a solicitação de remarcação da viagem ao diretor-geral para ratificação;

II – caso a solicitação de remarcação seja indeferida, ou não seja encaminhado o documento de que trata o inciso anterior, a despesa adicional decorrente da remarcação ou da substituição da passagem aérea deverá ser ressarcida ao Tribunal pelo ministro ou pelo servidor.

§ 4º Ocorrendo o cancelamento da viagem por qualquer motivo, deverão as passagens ser devolvidas à unidade de administração.

§ 5º Ao servidor, quando em viagem ao exterior, poderá ser concedida pelo diretor-geral passagem de classe executiva nos trechos em que o tempo de voo entre o último embarque no território nacional e o destino for superior a oito horas.

Art. 21. Realizada a viagem, deverá ser entregue à unidade de administração, no prazo de 5 dias após o retorno à sede, os comprovantes de embarque.

§ 1º O servidor que receber somente diárias deverá apresentar comprovante de participação em curso, seminário ou evento similar.

§ 2º A apresentação do comprovante previsto no parágrafo anterior atende ao requerido no *caput*, desde que realizada tempestivamente.

§ 3º Para efeito de comprovação de viagem no caso previsto no art. 18, será admitida declaração formalizada pela unidade do Tribunal à qual se vincular o evento motivador da concessão.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1173 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 13 de Novembro de 2012 Publicação: Quarta-feira, 14 de Novembro de 2012

§ 4º Não ocorrendo a entrega dos comprovantes no prazo estabelecido, fica a administração autorizada a proceder ao desconto do valor correspondente às passagens na folha de pagamento do respectivo mês ou, não sendo possível, na do mês imediatamente subsequente.

Art. 22. No interesse da administração, poderá haver ressarcimento de despesa com transporte quando o ministro, o juiz auxiliar ou o servidor utilizarem meio próprio de locomoção, em valores equivalentes a 40% do valor da passagem aérea na classe econômica, no mesmo percurso ou, quando não houver, para a localidade mais próxima.

Art. 23. Os valores das diárias constantes do Anexo I poderão ser revistos, desde que ocorra majoração do valor da diária concedida a ministro do Supremo Tribunal Federal.

Art. 24. A autoridade proponente, o ordenador de despesas e o beneficiário das diárias responderão solidariamente pelos atos praticados em desacordo com o disposto nesta resolução.

Art. 25. Revogam-se as Resoluções n. 1 de 12 de abril de 2007, n. 3 de 21 de maio de 2007 e n. 4 de 29 de maio de 2008.

Art. 26. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Ministro FELIX FISCHER

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1173 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 13 de Novembro de 2012 Publicação: Quarta-feira, 14 de Novembro de 2012

Anexo I

(Art. 1º da Resolução n. 35/2012)

TABELA DE DIÁRIAS

Beneficiário	Nacional (R\$)	Internacional (US\$ / €)
Ministro	614,00	485,00
Juiz Auxiliar	583,00	416,00
CJ-4	368,40	291,00
CJ-3	342,60	261,90
CJ-2	315,20	233,10
CJ-1 e FC-6	264,80	202,80
Analista Judiciário e FC-1 a FC-5	214,50	174,40
Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário	188,70	144,80
Acompanhante de Ministro	368,40	291,00
Adicional de 80% - Art. 16	171,60	139,50

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1173 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 13 de Novembro de 2012 Publicação: Quarta-feira, 14 de Novembro de 2012
Anexo II

(Art. 4º da Resolução n. 35/2012)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Secretaria de Administração e Finanças

REQUISIÇÃO DE PASSAGENS E DIÁRIAS – RPD

PROPONENTE (Titular da Unidade)

Processo

DADOS PESSOAIS DO FAVORECIDO

NOME		<input type="checkbox"/> SERVIDOR <input type="checkbox"/> COLABORADOR (*) <input type="checkbox"/> COLABORADOREVENTUAL (**)	
CARGO EFETIVO	FUNÇÃO COMISSIONADA (***)		MATRÍCULA
CPF	BANCO	AGÊNCIA	CONTA-CORRENTE
<input type="checkbox"/> RECEBE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO <input type="checkbox"/> RECEBE AUXÍLIO-TRANSPORTE	DADOS DO SERVIDOR DE OUTRO ÓRGÃO		
ÓRGÃO DE ORIGEM		AUX.-ALIMENTAÇÃO - VAL. UNIT. (R\$): AUX.-TRANSPORTE - VAL. UNIT. (R\$):	

(*) Colaborador - tem vínculo com administração pública e sem vínculo com o STJ.

(**) Colaborador eventual – Não tem vínculo com a administração pública.

(***) Caso o favorecido seja colaborador eventual, informar a função equivalente à atribuição a ser realizada neste Tribunal.

DADOS DO EVENTO

LOCAL DE REALIZAÇÃO (incluir o trecho)

DATA E HORA DE INÍCIO

DATA E HORA DE TÉRMINO

FINALIDADE

AFASTAMENTO PROPOSTO

PERÍODO DE AFASTAMENTO – IDA :
VOLTA:

☐ Inicial
☐ Prorrogação

JUSTIFICATIVA (descrição do motivo do afastamento)^{1, 2 e 3}

MEIO DE TRANSPORTE: ☐ AÉREO ☐ VEÍCULO OFICIAL ☐ VEÍCULO PARTICULAR

¹ Quando o afastamento iniciar-se na sexta-feira ou incluir sábado, domingo ou feriado, o motivo também deverá ser justificado.

² Caso o favorecido seja colaborador eventual, correlacionar as atividades com a formação/especialização e a função indicada.

³ Anexar documentação de suporte da justificativa apresentada, quando houver.

PROPONENTE

Ao Sr. Diretor-Geral, solicitando a concessão de:

☐ Diárias

☐ Passagens

Em / / .

Assinatura e carimbo

REVOCADO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1173 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 13 de Novembro de 2012 Publicação: Quarta-feira, 14 de Novembro de 2012

